



41

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2010

Andréa Doré, *Sitiados. Os cercos às fortalezas portuguesas na Índia (1498-1622)*, São Paulo, Alameda, 2010, 320 pp.

Docente na Universidade Federal do Paraná, Andréa Doré apresenta aqui um livro que tem origem na sua tese de doutoramento defendida em 2002 na Universidade Federal Fluminense. A autora pretende realçar «alguns aspectos da contradição entre a conformação do que se chamou Estado da Índia Portuguesa e o desenho resultante da intensa circulação de soldados, marinheiros, comerciantes – portugueses e estrangeiros – cristãos e renegados, vassalos e traidores no espaço das Índias» (p. 14). São assim abordadas diversas questões da presença portuguesa na Ásia falhando, no entanto (como veremos adiante), para com o título da obra.

Andréa Doré apresenta na introdução a ideia de uma “dominação cercada” no Oriente (p. 14). Efectivamente, e como bem sabemos, os portugueses dominaram uma rede de fortalezas no Índico-Pacífico, sendo claro a recorrente falta de gentes e o iminente perigo de ataque das potências locais. Este será o conceito central da obra – uma presença numericamente inferior e enclausurada nas fortalezas.

O primeiro capítulo («O traçado de um roteiro: as viagens às Índias antes da rota do Cabo») pretende apresentar a visão “pré-portuguesa” do Oriente, a partir de relatos de viagens italianas realizadas nos séculos XIII-XV. Seguindo de perto as viagens de Nicolo di Conti e de Ieronimo de Santo Stefano, a autora procura reconstruir a geografia das cidades comerciais do Índico-Pacífico. No entanto pouco esclarece sobre o estado dos potentados asiáticos aquando da chegada dos portugueses em 1498, nem sobre a economia do Índico. Textos como os de Marco Polo eram bem conhecidos na Europa do século XV, mas a autora parece esquecer o envio (fulcral) de Pero da Covilhã e Afonso de Paiva para o Oriente, a mando de D. João II, em 1488 (refere tal facto apenas no final do capítulo). Uma leitura aprofundada da obra central de Vitorino Magalhães Godinho é imprescindível para uma visão mais definida da realidade asiática no início do século XVI¹.

No capítulo seguinte («O reino intramuros: uma estratégia de fixação no território») a autora procura «apontar algumas razões que levaram Portugal a traduzir sua presença no Oceano Índico na construção de fortalezas pela costa» (p. 73). No entanto, acaba por apresentar aspectos dispersos da presença portuguesa, contendo até erros crassos no que diz respeito à História dos

¹ GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa: Editorial Presença, 1981-1987, 4 vols – obra não referida na bibliografia utilizada.

Descobrimientos e da Expansão Portuguesa: referindo um artigo de Luís Filipe Thomaz acerca das origens da expansão², a autora leva a crer que o dito investigador coloca como uma das causas da expansão o «desejo de contrabalançar a distante, porém, crescente pressão turca nos Bálcãs» (p. 68) – ora a leitura do referido artigo apresenta a dita tese mas esclarecendo logo a sua inviabilidade tendo em conta que em 1415 o poder turco-otomano pouco simbolizava para reinos periféricos como o português, e mesmo no início do século XVI, o próprio D. Manuel I visava a queda do Império Mameluco do Egipto e não do crescente Império Otomano³; mais à frente a autora afirma que a corrente política contra o governador Afonso de Albuquerque estava vincada na «exploração marítima somente» (p. 70) – na realidade, parece-nos que estava vincada sim no controlo marítimo, de forma a controlar as redes comerciais existentes.

As referências à presença portuguesa no Norte de África, bem como a tentativa de apresentar a «realidade asiática e a política para o Índico» (nome de um subcapítulo) parecem-nos claramente falhadas pela pouca e confusa informação proporcionada.⁴

A utilização de fontes portuguesas como as inevitáveis obras de Tomé Pires ou Duarte Barbosa ajudariam decisivamente a apresentar o interesse por algumas regiões e cidades⁵. Os equívocos sucedem-se, como na leitura do regimento de D. Francisco de Almeida, de 1505, onde a autora interpreta que D. Manuel procurava «afastar os turcos e controlar os árabes» (p. 95), quando, na realidade, pelo próprio excerto apresentado compreendemos que o objectivo era evitar a ida de especiarias pelo Mar Vermelho de forma a enfraquecer o Sultão Mameluco e não Turco (Otomano), e a viabilizar a Rota do Cabo. Nas páginas seguintes nova confusão: acerca da aliança veneziana e mameluca, a autora afirma que esta «não chegou a se consolidar» (p. 96), quando na realidade sabemos que a ajuda veneziana foi decisiva para a armada mameluca que surgiu no Índico em 1508, derrotando os portugueses em Chaul⁶. Explicitando insuficientemente as

² THOMAZ, Luís Filipe – «Expansão Portuguesa e Expansão Europeia – Reflexões em torno da génese dos descobrimentos» in *De Ceuta a Timor*, Lisboa: Difel, pp. 1-41.

³ Cf. THOMAZ, Luís Filipe F. R. - «Expansão Portuguesa e Expansão Europeia...», *cit.*, pp. 8-9.

⁴ Onde estão referenciados os estudos fundamentais de David Lopes e António Dias Farinha para o Norte de África, ou de Magalhães Godinho para a Ásia?... Ou até a recente síntese coordenada por Claude MARKOVITZ – *Histoire de l'Inde Moderne 1480-1950*, Paris: Fayard, 1994.

⁵ Obras que nem constam da bibliografia.

⁶ Veja-se o recente estudo de PISSARA, José Virgílio Amaro – *Chaul e Diu – 1508 e 1509 – O Domínio do Índico*, Lisboa: Tribuna da História, 2002.

políticas régias para a Índia portuguesa, a autora chega finalmente à conhecida interpretação de Luís Filipe Thomaz do Império Português enquanto uma rede. No entanto, onde refere que «as fortalezas foram os espaços de apoio de uma rede» (p. 120), interpretamos estas mesmas fortalezas como os locais centrais e fundamentais do sistema económica do Índico. Muito mais do que fornecer apoio, as fortalezas de Ormuz, Diu, Malaca, Goa, Cochim (entre outras) controlavam a exportação dos diversos produtos asiáticos – um papel fundamental e imprescindível à rede, que se forma à volta delas.

Numa última análise da presença portuguesa no Índico, Doré refere que a Coroa «não foi capaz de manter os homens no interior da fortaleza», facto unânime, mas que carece de explicitação: sabemos que tal se devia, em parte, a movimentos sazonais, isto é, «[...] no Oriente, durante o «Inverno», ou seja, quando se não podia navegar, os portugueses registavam-se («assentavam-se») nas fortalezas e auferiam os respectivos soldos; depois, mal chegava o «Verão», debandavam para poderem dedicar-se ao trato»⁷. Uma melhor estruturação e enquadramento deste capítulo teria permitido compreender e observar os portugueses no Oriente de uma forma mais clara e rigorosa.

Chegamos ao penúltimo capítulo da obra («As muralhas del Rei: entre a proteção e a opressão»), onde a autora nos informa que abordará «alguns aspectos da presença portuguesa nas Índias ao longo do século XVI» (p. 140), e que, de facto, não foge ao prometido. Efectivamente este capítulo serve apenas para detalhar questões totalmente dispersas dos portugueses na Ásia, que pouco contribuem para o objectivo que a obra parecia procurar: os cercos às fortalezas portuguesas! As gralhas, tal como anteriormente, sucedem-se⁸ e voltamos a “cair” entre os italianos e os seus testemunhos sobre a Índia portuguesa – que pouco acrescentam ao livro, tendo em conta a já anterior referência aos textos italianos.

Somente a partir da página 209 (das 318 que a obra contém), no quarto capítulo, entramos finalmente no tema central da obra: «O cerco: a ameaça se concretiza». Assim, a autora compara imediatamente as semelhanças entre as fortalezas e os navios. Efectivamente, difícil seria não ver uma nau pesadamente equipada como uma fortaleza “ambulante”, pronta para a defesa e para o

⁷ SANTOS, João Marinho dos – *A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa (séculos XV e XVI)*, Lisboa: GTMECDP, 1998, p. 213.

⁸ Como exemplos: a autora ignora completamente a armada comandada por João da Nova, que parte para a Índia em 1501 – chegando a referir a existência de apenas «três grandes expedições» entre 1497 e 1502 (p. 139); refere o famoso Valentim Fernandes como o «editor flamengo residente em Lisboa» (p. 142), estando largamente comprovado que este impressor era originário da Morávia (actual República Checa) e apelidando-se a ele próprio como «Alemão»!

ataque. No entanto, e depois de uma breve (e insuficiente) passagem pela vida a bordo das naus, Andréa Doré coloca a comparação noutro nível: página e meia depois de afirmar que «na fortaleza vivia-se à espera do assalto, no mar os riscos da calma» (p. 219), a autora defende que a «situação-limite» para estas fortalezas “andantes” é o naufrágio. Ora, parece-nos francamente mais plausível acreditar que (não desacreditando a importância do naufrágio) o ponto fulcral é sim estar sob ataque (activo ou passivo). Cercada e pronta para bombardear, na nau sentia-se «o medo, a escassez de água, a fome, a vida em confinamento, a fúria dos soldados e do mar», culminando no «medo da morte e o desejo de salvar a alma» (p. 221) muito mais do que numa situação quase inescapável como era um naufrágio.

Continuamos, no entanto, sem entrar a fundo nos cercos às fortalezas, sem vermos os portugueses realmente sitiados. Apenas a partir do sub-capítulo «As Índias vistas do interior das muralhas» (p. 246) a autora oferece a possibilidade de análise dos cercos – de entre os vários cercos referidos acabará por se centrar nos de Diu (1538 e 1546). Se a escolha nos parece acertada (tendo em conta o material existente sobre este assunto), a escolha das fontes demonstra ser claramente inferior ao esperado: para cada cerco a autora baseia-se apenas numa fonte (justificando-se pela escolha (pouco clara) de «narrativas de cercos militares (conceito por si pouco explicitado)). Impunha-se claramente a utilização das crónicas referentes à Índia Portuguesa (como as de Gaspar Correia, João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda, etc.) e de textos específicos da época (como no caso do segundo cerco de Diu, das diversas cartas descrevendo o cerco em si⁹).

Mesmo assim a análise encetada é nitidamente fraca para o material existente. As reflexões efectuadas pouco trazem de novo e até continuam a trazer erros crassos de leitura/interpretação: ao contrário daquilo afirmado (p. 250), o comércio da pimenta indiana nunca chegou a ser totalmente interrompido com os portos do Cairo e de Alexandria; bem como no segundo cerco de Diu Coge Sofar (ou Çofar, principal mentor do cerco e capitão do Sultão do Guzerate) não conseguiu reunir «príncipes da Índia» para cercar Diu (p. 257) – a correspondência portuguesa existente apresenta-nos tentativas de aliança mas nenhuma concretizada – nem o seu objectivo era vingar a morte

⁹ Veja-se o estudo de José Manuel GARCIA - «A Historiografia Portuguesa Quinhentista do Segundo Cerco de Diu», *Mare Liberum*, N° 9, Julho 1995, pp. 133-137. A autora parece até desconhecer parte das fontes: ao referir-se às obras de Leonardo Nunes (pp. 248-249), afirma que o relato do segundo cerco de Diu, publicado por António Baião, é o mesmo publicado por J.D.M. Ford com o nome *Crónica de Dom João de Castro*, quando na realidade esta é uma crónica abrangendo o governo de D. João de Castro e não apenas o referido cerco!

do sultão Bahadur (mas sim recuperar o comércio centrado em Diu pelo seu valor económico!)¹.

Entramos na conclusão sem conclusão alguma. A obra apresentada pouco revela sobre o estado «sitiado» dos portugueses. Na realidade além de fugir ao título da obra, Andréa Doré foge até à própria cronologia proposta: se à chegada ao Índico em 1498 os portugueses não tinham fortalezas nem se instalaram logo com estes dispositivos militares, raras vezes a autora refere 1622 como data extrema (a da queda da fortaleza de Ormuz). Ficamos assim com uma obra pobre que pouco traz aos estudos referentes à presença portuguesa na Ásia. Não abordando a perspectiva militar² ou sequer uma profunda análise política da situação, o estudo de Andréa Doré falha a diversos níveis: estrutura, enquadramento, objectividade e bibliografia. Ficamos assim à espera do estudo que abordará verdadeiramente os cercos (ou cercos específicos) às fortalezas portuguesas – uma constante estrutural da presença portuguesa na Ásia.

Roger Lee de Jesus

Mestrando em *História. Época Moderna* na Universidade de Coimbra

rogerlee.pj@gmail.com

Maria Cristina Dias Joanaz de Melo, *Contra cheias e tempestades: consciência do território, debate parlamentar e políticas de águas e de florestas em Portugal, 1852-1886*, Florence: European University Institute, 2010 (tese de doutoramento policopiada), 265 pp.

Maria Cristina Dias Joanaz de Melo acaba de defender no Instituto Universitário de Florença a sua tese de doutoramento que se situa no campo da história ambiental.

¹ Já em páginas anteriores, Andréa Doré se equivocara completamente sobre os cercos de Diu. Sobre o primeiro afirma que os turcos foram vencidos «pelo governador Nuno da cunha (1529-1538)» (p. 102) sendo que, efectivamente, este foi substituído nas suas funções em Setembro de 1538 pelo vice-rei D. Garcia de Noronha (acabando o cerco somente em Novembro, e sem batalha directa entre as forças turcas e as do vice-rei). Na página 103 afirma que a reconstrução da fortaleza de Diu em 1546. e da de Moçambique em data posterior, se deveu à direcção do arquitecto italiano Benedetto de Ravena, quando na realidade a obra de Diu esteve sob direcção do Mestre Francisco Pires e a de Moçambique a de Miguel de Arruda! (cf. DIAS, Pedro – *Arte de Portugal no Mundo*, Lisboa: Público, 2008, vol. 8 – *África Oriental e Golfo Pérsico*, p. 22; vol. 9 – *Índia. Urbanização e Fortificação*, p. 63).

² Onde estudos fundamentais como, por exemplo, os de Vitor Luis Gaspar Rodrigues, João Marinho dos Santos, Nuno Varela Rubim ou João da Rocha Pinto abriram novas perspectivas.